

A VIDA NO ARAME. A MEDIATIZAÇÃO DO RISCO

Maria João Silveirinha

Instituto de Estudos Jornalísticos

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

RESUMO

As imagens que nos entram em casa todos os dias, tal como as nossas leituras da imprensa tendem a gerar um estranho sentido de risco permanente, como se a nossa vida estivesse continuamente no arame. Para compreender isto recorre-se, por um lado, aos contributos do sociólogo Ulrich Beck, em cujo trabalho os media ocupam um lugar relevante, e, por outro lado, a uma vasta literatura sobre o funcionamento dos media. Por fim, fazem-se algumas breves considerações sobre a forma como tem sido vistas situações de risco cobertas pelos média em Portugal.

Palavras chave: Risco, risco permanente, média.

ABSTRACT

The images entering every day in our houses and the lecture of the press as well are giving an idea of permanent risk, as if our life was always on the wire. In order to understand this we appeal, on one hand, to the contributions of the sociologist Ulrich Beck, which work has media in an important place, and, on the other hand, to the bibliography about the way of working of media. Finally, some considerations are produced about the way situations of risk are covered by media in Portugal.

Key words: Risk, permanent risk, media.

RÉSUMÉ

Les images entrant à la maison tous les jours, aussi bien que la lecture de la presse ont la tendance à créer un étrange sens de risque permanent, comme se notre vie était sur un fil en continu. Pour comprendre ça on fait appel aux contributions du sociologue Ulrich Beck, dont le travail met l'accent dans l'importance des media, et de la même façon à la bibliographie sur le fonctionnement des media. Enfin, on fait quelques considérations sur la façon comme les situations de risque sont envisagées par les media au Portugal.

Mots clé: Risque, risque permanent, média.

Introdução

Gostava de começar a minha intervenção com dois *dicta* das nossas sociedades que todos ouvimos constantemente e que raramente problematizamos: que vivemos numa "sociedade de risco" e numa "sociedade mediática". Ambas as expressões têm ocupado numerosos cientistas sociais e, longe de serem consensuais, são, na verdade, expressões que designam realidades muito complexas que hoje aqui podemos apenas abordar em traços gerais. Pensamos, no entanto, que é precisamente no cruzamento destas duas ideias que residem muitas das clarificações de que todos necessitamos para fazer sentido de mudanças epocais e de continuidades nas formas de estar, fazer, sentir e pensar que nos caracterizam historicamente como cidadãs e cidadãos, como consumidores e profissionais dos *media* como, enfim, sujeitos de uma determinada época.

As crescentes imagens que nos entram nas nossas salas de estar todas as noites, as nossas leituras da imprensa, da rádio e mesmo da Internet tendem a gerar um estranho sentido de "risco permanente", como se a nossa vida, como aliás, a dos jornalistas que relatam estes perigos, estivesse permanentemente "no arane".

Este risco permanente tende a privilegiar «todo o tipo de destruições evidentes, prováveis, necessárias, ou mesmo justificáveis» (ASCENCO, 2002:5). Curiosamente, esta sensação de risco permanente surge numa altura em que a maioria dos cidadãos esperaria que os seus governos os protegessem dos perigos que os nossos antepassados tomavam como fatais - os desastres naturais, as guerras, as mortes.

Mas o que é o risco? E o que quer o termo "risco" dizer? Na verdade, estas duas perguntas são diferentes ainda que, à primeira vista, possam parecer a mesma. A primeira - "o que é o risco" - coloca a questão em termos da existência ontológica de uma dada realidade que é quantificável a partir de métodos de análise científicos. Deborah Lupton chamou a esta perspectiva a visão "tecnocientífica" que trata os riscos como "fenómenos objectivos que são dados como adquiridos" (LUPTON, 1999:1-2). Já a segunda pergunta - o que quer o termo "risco" dizer? - assume o risco como uma questão epistemológica, isto é, como um conceito que é construído, nomeadamente pelo discurso. Podemos, neste caso, falar de uma perspectiva social construcionista que é a favorecida pelas ciências sociais e pelos estudos da comunicação, sendo também essa a que aqui nos ocupará (McDonald).

No que se segue procuraremos, então, deslindar um pouco alguns destes termos e clarificar as razões que, nas nossas sociedades altamente mediatizadas, nos levam à percepção do risco como "catástrofe permanente".

Compreender as sociedades de risco à luz do contributo de Ulrich Beck

De um ponto de vista das ciências sociais e humanas é incontornável, neste terço, pensar as nossas sociedades sem uma alusão a um dos sociólogos que mais fez pela divulgação da preocupação nas ciências sociais e humanas com o tema do risco: o alemão Ulrich Beck que nos tem oferecido, desde os anos 90, uma teoria social desenvolvida num estilo eminentemente especulativo e abstracto, interessante, ainda que polémica, forma de pensar a natureza, os problemas e a dinâmica das sociedades actuais¹.

Para nós, que estudamos comunicação, Beck é também especialmente importante porque, ao contrário de outros sociólogos que também têm falado sobre risco, como Anthony Giddens, ele atribui nos seus escritos uma certa importância aos *media*, ainda que por vezes desigual e contraditória, no processo a que a sociologia em geral tem chamado "modernização reflexiva" e "sociedade do risco".

No seu livro *The Risk Society* (A sociedade do risco) (1992), Beck defende que, na era que ele identifica como tardio-moderna, a qualidade do tipo de riscos com que nos deparamos é diferente das épocas anteriores. A sua teoria identifica uma mudança nas sociedades contemporâneas de uma preocupação com a lógica da distribuição da riqueza para uma lógica da distribuição do risco, tomando-se esta a característica orientadora do mundo moderno. Como tal, os riscos e perigos tecnológicos colocam um desafio que só pode ser ultrapassado por uma reorganização sub-política das políticas de ambiente e pela democratização do conhecimento tecnológico (BECK, 1992).

Beck apresenta uma visão pessimista desta sociedade: ela "traduz uma época em que o lado negro do progresso domina de forma crescente o debate social. O que ninguém vê e o que ninguém deseja - sentir-se em perigo e sentir a devastação da natureza - tomou-se a força motriz da história" (Beck, 1995: 2).

As considerações sobre como evitar os riscos e acidentes sistematicamente gerados nos processos de produção e de circulação de bens constituem-se como um novo paradigma. O risco será assim "o modo sistemático de lidar com acidentes e com a insegurança induzida e introduzida pela própria modernidade", num processo "politicamente reflexivo" (BECK, 1992: 21).

O tipo de riscos que temos nas sociedades de hoje difere dos do passado, na medida em que hoje eles são potencialmente ilimitados, seja geograficamente (na medida em que os perigos são globalizados, não se

¹ Alguns textos particularmente importantes na compreensão do contributo de Beck para os estudos da comunicação são: THILLOCK, 2001; GYME, 1998; ALLEN, 2002; WIMMER & QUENET, 2006.

limitando ao seu espaço de origem - "a sociedade de risco é mundial"), seja em termos de tempo, seja ainda no alcance dos seus danos que se podem perpetuar para as próximas gerações. O risco atinge todos, sem distinção de classe ("é democrático"), é invisível, imprevisível e incalculável ("as consequências desconhecidas e indesejadas tornam-se uma força dominante na história e na sociedade").

A tese de Beck é uma distopia de consequências não desejadas. As sociedades modernas focam cada vez menos o desenvolvimento técnico e económico e mais o problema de gerir os problemas que este desenvolvimento implica. Mas se a gestão do risco é um elemento rotineiro no mundo da vida, porque gera tanta ansiedade?

Os indivíduos e as instituições dependem fortemente dos peritos como guias para os riscos que corremos, para os perigos escondidos com que nos confrontamos e para conhecer o curso de acção mais seguro. Mas os peritos fornecem informação contraditória. E quanto mais o público conhece a ciência, mais passa a compreendê-la como falível, provisória, sempre sujeita a dúvida e a revisão: "a ciência torna-se indispensável e ao mesmo tempo vazia das suas pretensões de validade originais (Beck 1992: 165). A questão central para posicionar este argumento envolve compreender que os riscos podem ser entendidos como materiais, ou um "produto da acção", e imateriais, isto é como envolvendo a sua definição social (Beck, 1999: 23).

É a partir desta ideia que podemos começar a cruzar as ideias de "sociedade de risco" com as de "sociedade mediatizada".

Beck chamou à forma como os "riscos", isto é, incertezas potencialmente catastróficas "relações de definições" são socialmente construídas no discurso público. Como diz Simon Cottle, (1998: 8) de um ponto de vista da comunicação, a sua formulação é promissora, pois aponta não só para a necessidade de compreender as dinâmicas e os recursos institucionais e estruturais e as características discursivas, normativas e culturais que dão forma à contestação política que rodeia o conhecimento dos riscos, como coloca os *media* como um lugar fundamental de definição do que estes riscos são ou não.

As incertezas que são o que constitui um risco só podem tornar-se visíveis quando são socialmente definidas pelo conhecimento ou por fóruns de processamento do conhecimento como a ciência, o sistema legal e os *media*. O risco é assim entendido como:

"acima de tudo a radioactividade que evade completamente as capacidades perceptivas humanas, mas também as toxinas e poluentes no ar, na água e na alimentação, juntamente com os seus efeitos a curto e a longo prazo sobre as plantas, os animais e as

pessoas. Eles induzem de forma sistémica e frequente dano irreversível, que normalmente permanecem invisíveis, baseiam-se em interpretações causais, e portanto inicialmente só existem em termos do conhecimento (científico ou anti-científico) sobre eles. Podem assim ser mudados, aumentados, dramatizados ou minimizados dentro do conhecimento, e nessa medida são particularmente abertos a *definição e construção social*. Daí que os *media* e as profissões científicas e judiciais encarregadas de definir riscos se tomam posições sociais fundamentais e políticas" (Beck, 1992: 22-23).

O termo "sociedade do risco" recobre a prevalência com que certos acontecimentos e desenvolvimentos fogem ao controlo da nossa capacidade de lidar com eles (como se vê pela quantidade de riscos que as companhias de seguros não querem cobrir).

Mas neste momento na história, a sociedade de risco concretiza-se plenamente porque o risco já não é visto como o lado obscuro da oportunidade; pelo contrário, é visto como um aspecto aceitável das oportunidades de mercado.

Os riscos que preocupam Beck, pelo menos na fase inicial do seu trabalho, têm que ver com os "fabricados pelos peritos e pelas indústrias", pois resultam directamente da racionalidade tecnológica por indústrias que procuram o lucro (Beck, 1999: 4). No entanto, as oportunidades de mercado instauram processos de conflito: à medida que se desenvolve a sociedade de risco, os que ganham com o risco confrontam-se com os que como eles sofrem desproporcionalmente e, neste processo conflituoso, o conhecimento torna-se chave:

"à medida que a sociedade de risco se desenvolve, assim se desenvolve também o antagonismo entre os afectados pelos riscos e os que *lucram* deles. A importância social e económica do conhecimento cresce de forma similar e com ela o poder sobre os meios de estruturar o conhecimento (poder e alcance) e de o disseminar (*mass media*). A sociedade do risco neste sentido é também a *ciência, os media e a sociedade de informação*" (Beck, 1992: 46).

Beck mostra, assim, a importância dos *media* como um factor influente na sociedade de informação, na medida em que eles são o fórum onde se apresentam questões pertinentes e que permitem ao público geral conhecer o mundo. Diariamente, as notícias apresentam-nos diferentes tipos de riscos que são trazidos para as nossas salas de estar para um processo de avaliação pela nossa parte. Este processo de avaliação ajuda-nos a determinar que nível de risco ambiental é aceitável.

Beck reconhece a importância das percepções públicas do perigo: existe "o risco em si e a percepção pública dele. Não é claro se é o risco que intensificou

ou a nossa percepção dele. Ambos os lados convergem, se condicionam, se fortalecem e porque o risco é risco no conhecimento, a perspectiva dos riscos e os riscos não são coisas diferentes, mas a mesma coisa" (Beck, 1992: 55). O risco é, pois, real (isto é, dependente de uma realidade material) mas é também ao mesmo tempo construído pelo discurso. Ou seja, mais do que ocorrências naturais, as percepções do risco são construídas através de processos sociais que são necessariamente disputados. Dessa forma, as percepções do risco não devem ser vistas como "verdades" inquestionáveis, mas como categorias que resultam de processos de negociação e de imposição.

Cada sociedade foca de forma proeminente alguns riscos e desvaloriza outros, o que faz deles uma questão eminentemente política: "a crescente consciência dos riscos tem de ser reconstruída como uma luta entre pretensões de validade, algumas concorrentes, outras coincidentes" (Beck, 1992: 59).

O grande contributo de Beck para, a partir da comunicação, pensarmos as sociedades do risco é este: uma formulação sobre a natureza contemporânea dos riscos como altamente susceptíveis ou mesmo dependentes dos meios pelos quais estes riscos se tornam visíveis. Nas suas palavras:

"o que escapa à percepção sensorial só se torna socialmente disponível à experiência nas imagens e relatos dos media. As imagens de esqueletos de árvores, de peixes infestados de vermes, de focas mortas (cujas imagens vivas ficaram gravadas nos corações humanos) condensam e concretizam o que não se compreende de outra forma na vida quotidiana" (Beck, 1995: 100).

Dito de outra forma, a capacidade dos riscos se revelarem, de se tornarem socialmente visíveis, confirma a sua natureza e permite verificar o nosso conhecimento deles, o que tem também consequências políticas: "a consequência para a política é que as notícias de descobertas de toxinas nas lixeiras, se colocadas em títulos durante a noite, mudam a agenda política. A opinião pública convencida de que as florestas estão a morrer obriga a novas prioridades (Beck, 1992: 197-198).

Beck tem, no entanto, consciência de que estes mesmos media que ele vê como potenciais lugares de alternativas para leigos e cientistas "são também e mesmo sobretudo "criados" do mercado, da publicidade e do consumo (...) possivelmente produzindo ou exacerbando a desarticulação, o isolamento ou mesmo a estupidez (Beck, 1992: 193). As grandes empresas usam os media para estruturar o conhecimento (poder e pesquisa) e o disseminar, ainda que haja utilizações dos media que se opõem a isso, por exemplo por grupos de interesses especiais e de grupos de pressão.

No domínio dos riscos ambientais é visível a intervenção política do partido ecológico *Os Verdes*, no parlamento e governo alemães, no final dos anos 1990, e a capacidade de contra-intervenção pública por parte de movimentos e grupos organizados, com forte visibilidade nos media, como o *Greenpeace*, composto por "profissionais internacionais dos media", que sabem bem como marcar a agenda das notícias "através de acções de tal modo espectaculares que levam até si de forma mirabolante os grandes e poderosos (multinacionais, governos), para gáudio do público mundial" (Beck, 1999: 45-6).

Torna-se pois necessário compreender melhor o papel dos meios de comunicação, isto é, compreender a sociedade do risco no seu cruzamento com a sociedade mediatizada.

Os media, risco e comunicação de risco

Podem os media constituir-se como simples reflexo de uma nova era de risco, ou como um fórum onde cientistas, políticos, empresários e vítimas dos riscos trocam argumentos e avançam pretensões de validade?

O optimismo com que genericamente Beck aborda os media foi criticado por aqueles que apontam para o facto de, embora vários estudos sugerirem que os media prestam atenção crescente à incerteza científica, eles podem ser instrumentais em aumentar as preocupações sobre ameaças particulares ou, por outro lado, oferecerem confiança excessiva em vez de risco.

Foi isso mesmo que aconteceu, por exemplo, com muita da primeira informação da doença das vacas loucas. A investigação neste tema mostrou que selecção dos riscos pelos media não reflectiu, numa fase inicial, nem a seriedade do risco, nem a incidência dos números dos afectados por ele (Kritzinger & Reilly, 1997).

Na verdade, os media não reflectem simplesmente uma "nova era" (como diria Beck) nem são indiscriminadamente atraídos pelo risco. Mas, ainda que o seu papel seja amplamente reconhecido na literatura sobre risco, existem poucas referências sistematizadas à investigação dos media e aos seus resultados. Pelo contrário, vemos aí frequentemente ideias simplificadas dos media, do seu funcionamento e dos seus efeitos. Mesmo Beck é criticado na medida em que "tenta muito pouco envolver-se com a literatura de investigação de comunicação, e além disso, parece muito pouco consciente da dificuldade de teorizar os efeitos de meios de comunicação de massa à luz das descobertas de estudos de audiência" (Wilkinson 2001:12).

No interior dos estudos de comunicação, pelo contrário, vários estudos se têm centrado nas diferenças das coberturas mediáticas. Smith (1992), por exemplo,

estudou o processo de produção das notícias em três grandes acontecimentos de desastre: os grandes fogos na área do Yellowstone National Park em 1988, o derrame de petróleo Exxon e o terremoto Loma Prieta. A sua pesquisa ilustra a forma como as culturas e as práticas de trabalho das organizações mediáticas - por exemplo o foco no conteúdo visual dramático e a necessidade de encontrar a culpa dos acontecimentos - moldam as coberturas, bem como a forma como as histórias podem perpetuar os mitos sobre desastres e suas causas.

A relação entre o reportar dos desastres e os pressupostos culturais mais vastos é outro tema comum nos estudos dos enquadramentos mediáticos. Paterson, (1989), por exemplo, concluiu que as televisões que relataram o desastre de Chernobyl reforçaram a guerra fria e as imagens de era Reagan da União Soviética tratando-a como inapta na sua capacidade técnica e indiferente às questões humanas.

Em termos mais gerais, a investigação dos *media*, bem como dos estudos social-culturais (por exemplo Tulloch/Lupton, 2003) mostra que o pressuposto de uma consciência de risco geral subestima a ambivalência das atitudes das audiências para com a informação que recebem. Subvaloriza igualmente o leque de visões parciais, ambíguas e contraditórias sobre os benefícios e o conhecimento dos indivíduos da ciência (WILKINSON, 2001), bem como as contradições, incoerência e discordância que incluem as formas pelas quais estes grupos fazem activamente sentido da ameaça dos perigos ambientais (Irwin et al. 1999). A investigação subestima, ainda, os factores contextuais em que com frequência as notícias de desastres e acidentes decorrem: coberturas jornalísticas efectuadas em condições extremas (de intensidade e rapidez) e cujo principal desencadeador se refere habitualmente a poucos dados de um episódio disruptivo que pode potencialmente ter todas as faculdades para modificar destrutivamente o ambiente natural e/ou social onde se localizou e que, portanto, só se pode desenvolver quando se começam a prefigurar acordos na impressão de incertezas (ASCENCO, 2002).

Nos anos 90, deu-se uma mudança central na investigação dos *media* que tem grande importância para a questão da percepção do risco. A abordagem clássica, essencialmente quantitativa e centrada na objectividade, racionalidade e precisão de cobertura mediática (por exemplo, FREIDENBERG et al., 1996, WILSON, 2000) foi criticada. Por um lado foi abalado o pressuposto fundamental de que os *media* deveriam apoiar o público fazendo juízos adequados e dado informação objectiva a partir da ideia de que frequentemente esse conhecimento objectivo não está disponível (MIRROK et al. 2003; KRIZINGER, 1999). Por outro lado, o implícito e amplamente disseminado

pressuposto de que os *media* têm uma influência determinante na percepção do risco público (por exemplo RENN et al. 1992) foi examinado pela contribuição de que as pessoas tem um papel relativamente mais activo na sua interpretação e resposta às mensagens do risco.

Hoje, presta-se sobretudo atenção à lógica de produção de notícias, à influência de contextos sociais e ao enraizamento social e cultural dos indivíduos nas suas experiências biográficas, na vida quotidiana (MIRROK et al., 2003; TULLOCH, 2000: 197).

Ainda que a literatura sobre a influência dos meios de comunicação de massa sobre o público e sobre as suas percepções de risco mostre resultados diversos, também o leque de estudos em comunicação de risco e cobertura mediática tornam difícil estabelecer claros pressupostos. A extensão de resultados diferentes não pode ser explicada por um conjunto de lógicas gerais, mas pela clara influência da natureza substantiva do tópico particular estudado (KRIZINGER, 1999: 57) e por serem resultado de constelações de situação específicas. Os estudos que comparam cobertura mediática em momentos diferentes tendem a mostrar que o contexto social e político é cada vez mais essencial (KRIZINGER, 1999: 59).

Nas investigações que procuram examinar os riscos que chamam a atenção, tentando perceber porque recebem uma determinada a atenção noticiosa, é essencial compreender as lógicas e os funcionamento dos *media*. Ao tratar a questão do risco a partir dos meios de comunicação social, "em vez de considerarem o papel dos *media* como "espelho" das definições de risco expressas pelos especialistas, estes investigadores consideram que os *media* podem filtrar bastante bem essas definições e introduzir outros critérios e dimensões" (KRIZINGER, 1999: 61). Por isso, as questões relevantes não serão se os *media* "exageram" ou "desvalorizam" o risco, mas "que riscos atraem a atenção dos *media*, como, quando, porquê e em que condições" (KRIZINGER, 1999: 62, *italico no original*).

Assim, uma abordagem ao tema dos riscos nos *media* passa por compreender não tanto o número de riscos que aparecem de forma exagerada ou, pelo contrário, sub-valorizada, mas por compreender questões como a natureza e os tipos de risco mediatizados, os valores-notícia implicados, o *habitus* e as rotinas profissionais, nomeadamente relações dos jornalistas com as fontes de informação e nas suas considerações sobre as audiências (LUPTON, 1999; KRIZINGER e REILLY, 1997).

Todos estes factores são visíveis no conjunto de elementos que tende a ser comum na cobertura jornalística de um desastre ou de uma catástrofe (CHB e PRIMO, 2003). Esses elementos e factores comuns nas notícias são os seguintes:

- *Danos*; o ângulo mais imediato nestas notícias são os números: quantas pessoas morreram, foram feridas ou afectadas? Qual a extensão da propriedade destruída? As estatísticas, porque numéricas e portanto "objectivas", tendem a ser bastante valorizadas.

Mas, mais do que riscos cumulativos, os *media* tendem a focar riscos que produzam muitas mortes ou afectem muitas pessoas ao mesmo tempo.

Por vezes, os danos são tidos não como numéricos mas pela sua excepcionalidade ou pela sua proximidade: os riscos fora do comum são mais atraentes para os *media* do que os riscos correntes. Da mesma forma, as considerações dos jornalistas sobre o entendimento da relevância de uma crise serão também influenciadas pelo grau de proximidade cultural, política ou geográfica da área a si mesmos e às suas audiências. Assim, um acontecimento geograficamente próximo apresenta uma maior possibilidade de tratamento do que outro ocorrido fora do "centro noticioso"

- *Vítimas*: os *media* investem muitos recursos no aspecto das vítimas da tragédia. Os jornalistas procuram o "rosto humano" da ciência e do risco, procurando testemunhos pessoais sobre um certo risco podem fazer com que este entre nas notícias apesar da sua negação pelas autoridades. São, assim, ouvidos os que experienciam a catástrofe ou o desastre em primeira mão, contando as suas histórias, com uma ênfase especial na excepcionalidade, isto é, na forma como certas pessoas sobreviveram contra todas as expectativas - estas são os heróis, ainda que para alguns este rótulo possa ser desconfortável; em caso de mortes, são as famílias e os amigos que são procurados. Horlick-Jones (2004: 112) sugere, a este propósito, que as notícias de problemas como a BSE tendem a dar à audiência "um sentido de familiaridade com aqueles que sofreram com a tragédia, mas frequentemente sem lhes dar um sentido claro da escala do risco para a comunidade mais vasta".

A ausência de "vítimas" reais pode reduzir a noticiabilidade da história, pois vítimas *futuras* não chegam para garantir a atenção dos *media*. Há um ciclo de tempos muito curtos de foco sobre a forma como as pessoas lidaram com a situação que fornece a espinha dorsal das histórias. Este é, pois, o factor de interesse humano (o factor "poderia ter sido eu").

- *Causas e soluções*: a cobertura inevitavelmente volta-se para o *quem* ou o *que* causou o desastre. O que o jornalista reconhece como o valor noticioso é muito determinante na sua cobertura. Os *media* precisam de focar a responsabilidade e o conflito e a culpa são valores predominantes. Havendo um forte conflito entre defensores de posições opostas ou se se desenharem interesses políticos mantidos em segredo,

a controvérsia, mais do que a incerteza científica, atrai os jornalistas; a capacidade de acusar alguém pode chamar a atenção dos *media* para uma história de risco, mas isso depende de forma crucial de quem ou o quê é alvo da acusação. Por vezes chama-se a esta articulação com o foco da vítima o arco heróico-vilão. Para os *media* dificilmente existe um desastre natural: se não se pode culpar o tempo quente por um incêndio, procura-se um outro culpado que, na verdade, existe sempre, em alguma medida. Quanto mais misteriosa for a causa mais tempo os *media* prendem a sua atenção...

Também aqui, no factor causas e soluções, entra a questão das fontes (cientistas, grupos de pressão, organizações profissionais, políticos, etc.), cuja actividade é central no processo de produção noticiosa; os *media* privilegiam as "fontes oficiais" sobre as "fontes alternativas"; o anúncio de políticas públicas e os comunicados de imprensa governamentais são centrais nas notícias. A cobertura de riscos em situação de crise pode levar, contudo, à ultrapassagem do privilégio às fontes oficiais - crises e histórias de risco podem gerar tensões causadoras de rupturas na prática jornalística de rotina.

As fontes que expressem posições demasiado elaboradas ou que respondam "não sei" têm menos hipóteses de serem citadas do que as que expressem posições firmes. Ainda neste ponto, refira-se como os jornalistas preferem apresentar resultados de pesquisa que tenham conclusões *positivas* do que relatórios sem provas de risco; são excepções os relatórios sobre "segurança" ou "ausência de perigo", quando contrariam o senso comum, ou quando há razões para uma oposição às declarações de perigo vindas do governo.

A cobertura de riscos não é apenas uma questão de escolhas jornalísticas, mas também de recursos e de motivação dos "reivindicadores" para procurarem (ou responderem) à atenção dos *media*, como Beck faz ver. Por isso, a motivação das fontes é também uma área de pesquisa crucial, mas muitas vezes negligenciada.

Podemos ainda nomear outros factores que influenciam de forma geral a atenção dos *media* (KITZINGER e REILLY, 1997; KITZINGER, 1999):

- O conhecimento de jornalistas da matéria em causa é um factor influente: alguns jornalistas afastam-se de histórias que têm dificuldade de entender. Da mesma forma, há também que ver como as decisões de cobrir certos riscos serão influenciadas pelos mapas mentais dos jornalistas - decorrentes de crenças culturais e podendo não ser inteiramente racionais - e se enquadram a história como risco ou como acidente.

- As reportagens e notícias tendem a ser mais orientadas por eventos do que por problemáticas. Os riscos que se desenvolvem lenta e continuamente

têm menos hipótese de entrar no ciclo noticioso porque os jornalistas se preocupam com "as notícias do dia".

- Um dado "risco" será examinado por procedimentos editoriais estabilizados e burocratizados. A existência de fortes imagens visuais aumenta o interesse da televisão pelo risco. Neste aspecto, entra também a disponibilidade técnica dos meios para fazer as coberturas. As longas horas de directo que algumas catástrofes têm tido passa pela crescente facilidade de transmissão em directo, quer por parte dos satélites, quer por parte dos próprios dispositivos tecnológicos das televisões que são cada vez mais fáceis de manejar. Da mesma forma, a disponibilidade, dos cidadãos poderem registar imagens, de forma não-profissional, tem gerado um sem número de coberturas construídas a partir destas imagens do que alguns chamam o cidadão-jornalista.

- Uma atenção particular pode ser dada a um dado risco se houver uma identificação do repórter ou do editor com a ameaça. Dessa forma, a cobertura de riscos pode ser marcada pelas prioridades definidas pelos jornalistas e influenciadas por hierarquias de classe, de género, de etnia, e outras;

- Os momentos auto-referentes dos *media* apontam para o facto de que, uma vez determinada uma história sobre um determinado risco como tendo interesse jornalístico, outras começam a interessar-se por ele: há dinâmicas internas que influenciam a continuidade da atenção, fazendo que com as notícias se alimentem. Os jornalistas, ajudados pelas suas fontes, facilitam a criação de variações dentro do padrão; as secções editoriais e os formatos influenciam o espaço e a "capacidade de atenção" dispensado a um certo risco. O cansaço pode fazer com que uma história seja *old news*, apesar do risco continuar; haverá ainda de considerar a necessidade de acontecimentos reais servirem como ganchos de notícias.

Por fim, a referência fundamental para a compreensão dos processos mediáticos passa por prestar uma atenção particular aos enquadramentos das notícias, dualismo das questões, o uso de metáforas, frases que soam bem e outros símbolos de condensação, a presença de emblemas de assunto e meta-símbolos (THEMMAN et al., 1998).

Especialmente importante para esta abordagem é também o contributo de Robert Entman que considera conceptualmente os enquadramentos como "atributo da própria notícia" (1993:7), que influencia tanto os procedimentos da decisão política como a opinião pública. É o que Entman chama as "distorções da produção" (1989: 49), que "nasce da necessidade de fazer notícias que atraiam e retenham as "audiências de massa".

Os três grandes mecanismos que os jornalistas introduzem ao longo da produção das notícias são a

personalização, simbolização e a simplificação (ENTMAN, 1989: 49-50). Simplificação é método que os jornalistas usam para tomar as histórias mais fáceis de cobrir e para tornar as histórias mais fáceis de compreender pelo leitor. Para conseguir a maior audiência possível, a história tem de ser reduzida aos seus elementos mais básicos. A complexidade deve ser evitada. A *simbolização* refere-se à forma como os jornalistas usam uma história para ilustrar uma ideia mais vasta culturalmente familiar. David contra Goliath é um exemplo. Os poderosos contra os que não têm poder é outra. As histórias devem ser reduzidas a palavras, frases, slogans, gestos, objectos e acções dramáticas com que os leitores, ouvintes e espectadores se podem identificar. Em terceiro lugar, a *personalização*. As pessoas querem saber, sobretudo em casos de risco, o que acontece com as outras pessoas. As estatísticas, ainda que úteis do ponto de vista da sua 'objectividade' são secas e enfadonhas. Uma história sobre como uma pessoa que luta em condições adversas contra as forças da natureza ou dos homens é muito mais atractiva para o público em geral que um puro momento de política pública.

Excursus conclusivo

Começámos o nosso texto por pensar o cruzamento de conceitos como a sociedade de risco e a sociedade mediática. Para o primeiro, foram-nos especialmente importantes os contributos de Beck. Para a segunda, a vasta literatura sobre o funcionamento dos *media* deu-nos pistas importantes para compreendermos como os dois campos se cruzam.

Por fim, resta-nos tecer algumas breves conclusões sobre a forma como temos visto algumas situações de risco cobertas em Portugal, como os incêndios que têm assolado o país e os *media* nos últimos anos.

Os discursos mediáticos do risco, que parecem colocar a nossa vida e a dos jornalistas permanentemente "no arame", são capazes de uma reiventação infinita. Na verdade, os fenómenos ou situações apresentados como risco só podem ser apresentados em certas circunstâncias, sendo portanto provisórias. Daí, que os *media* possuam o poder de estruturar a percepção dos perigos e, na medida em que dão relevo a determinados elementos, têm também o potencial de distorcer algumas dessas visões. De facto, não existe nenhuma razão, a não ser deontológica, porque uma percepção de validade não possa ser fabricada para servir processos sociais, políticos e económicos mais vastos (MIDWELL, 2003).

Por outro lado, a sensação de catástrofe permanente é fortemente ampliada em momentos dramáticos que são servidos por lógicas próprias do

jornalismo. Como diz Carlos Ascencio (2002: 10), "as catástrofes contemporâneas são produtos da cultura de massas. Muito se disse de os meios de comunicação converterem a realidade num espectáculo pela forma como relatam os acontecimentos e apresentam a informação ao público. Não apenas se trata de uma mediação de interpretações (dar conta do que acontece) mas além de uma mediação de formatos (modalidades na apresentação da informação). Em muitas ocasiões, o simples formato de apresentação substitui o conteúdo da informação, quer dizer, por vezes, na percepção dos receptores uma notícia tem valor não tanto pelo que diz mas pela forma de dizer e também pelo lugar (canal) por onde se apresentou a informação". Essa permanência da catástrofe pode mesmo ser rotinizada. Como dizia Thomas Fischer, jornalista da televisão alemã ZDF a propósito dos incêndios em Portugal "Fala-se na época de incêndios como se fala na época da caça ou na época de saldos. É uma normalidade perversa"².

Existe certamente quem veja potenciais positivos na forma como as televisões tratam determinadas catástrofes oferecendo reconforto aos seus espectadores (SANTO, 2006). Uma análise das audiências pode bem revelar ter sido esse caso, ainda que seja muito complexo estabelecer relações de causalidade. De qualquer forma, seria bom que esse tivesse sido o pacto de leitura estabelecido com os espectadores. A questão está, afinal, no enquadramento privilegiado.

Se os *media* assumem claramente que, mais do que informar, vão entreter ou reconfortar, se os enquadramentos forem sobretudo a personalização, simbolização e a simplificação, é bem possível que, em situações de um enorme sentido de sofrimento e de fragilidade, as televisões possam desempenhar um papel que não lhes deveria primordialmente caber. No espaço simbólico não só tem relevância o que acontece, como a reconstrução narrativa do que acontece. Ainda que estes elementos não sejam mutuamente exclusivos, é uma decisão deontológica aquela que o *medium* privilegia. Mas, mais do que uma decisão deontológica, talvez em tempos de risco esse seja também um risco economicamente calculado por parte dos *media*.

Bibliografia

ASCENCIO, Carlos Lozano (2002) - "Del riesgo global a las catástrofes", Comunicação apresentada ao VII Congreso Iberoamericano de Comunicación (IBERCOM), Porto, Novembro de 2002.

AJIN, S. (2002) - *Media, Risk and Science*, Buckingham: Open University Press.

BECK, Ulrich (1992) - *Risk Society - Towards a New Modernity*. Londres: Sage.

BECK, Ulrich (1995) - *Ecological Politics in an age of Risk*, Londres: Politypress.

BECK, Ulrich (1999) - *World Risk Society*. Londres: Polity Press.

Gil Calvo, Enrique (2003) - *El miedo es el mensaje. Riesgo, incertidumbre y medios de Comunicación*. Alianza, Madrid.

CEE, Roger W. e PRIMO, David M. (2003) - *The Plane Truth: airline crashes, the media, and transportation policy*, Washington: The Brookings Institution.

COOTE, Simon (1998) - "Ulrich Beck, 'Risk Society' and the Media. A Catastrophic View?", *European Journal of Communication*, Vol. 13 (1) : 5-32.

ENMAN, R. (1989) - *Democracy without citizens*, New York: Oxford University Press.

FREIDENBERG, W.; COLE, C. L.; GONZALE, J., HELGAND, C. (1996) - "Media coverage of hazard events: analyzing assumptions", *Risk Analysis* 16, 1, 31-42.

HEIKK-JONES, T. (2004) "Editorial: Experts in risk? ...do they exist?", *Health, Risk & Society*, 6 (2), 107-114.

IRWIN, A.; SIMMONS, P.; WALKER, G. (1999) - "Faulty Environments and Risk Reasoning: The Local Understanding of Industrial Hazards", *Environment and Planning A* 31, 1311-26.

KRIZNER, J. (1999) - "Researching Risk and the Media", *Health, Risk and Society*, 1(1), 55-69.

KRIZNER, J., & Reilly, J. (1997/2002) - *Ascensão e Queda de Notícias de Risco*, Coimbra.

LIFTON, Deborah (1999) - *Risk*, London; New York: Routledge.

² In *Diário de Notícias* - 25.08.05

- MCNEED, Myra - (2003) *Exploring Media Discourse*. Arnold, London.
- MROOK, G.; PETS, J.; HRLICK-JONES, T. (2003) - "After amplification: rethinking the role of the media in risk communication" In: Pidgeon, Nick, Kaspersen, Roger E., Slovic, Paul (eds.), *The Social Amplification of Risk*. Cambridge University Press, 156-178.
- PATTERSON, P. (1989) - "Reporting Chernobyl: Cutting the government fog to cover the nuclear cloud" In Walters, L.M., Wilkins, L., & Walters, T. (Eds.), *Bad tidings: Communication and catastrophe* (pp. xi-xv). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- RIBE, Cristina (2006) - "Notícias sobre crianças, risco e ansiedade social", manuscrito.
- REN, O.; BURS, W. J.; KASPERSEN, J. X.; KASPERSEN, R. E.; SLOVIC, P. (1992) - "The Social Amplification of Risk: Theoretical Foundations and Empirical Applications", *Journal of Social Issues*, 48, 4, 137-160.
- SANTOYO, Daniela (2006) - *O Reconforto da Televisão - Uma Visão Diferente sobre a Tragédia de Entre-os-Rios*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- SMITH C. (1992), *Media and Apocalypse: news coverage of the Yellowstone Forest Fires, Exxon Valdez Oil Spill and Loma Prieta Earthquake*, Westport: Greenwood.
- TERKILDSEN, N.; SHWEL, F. and LING, C. (1998) - "Interest groups, the media, and policy debate formation: an analysis of message structure, rhetoric, and source cues", *Political Communication*, 15, 45-61.
- TILGH, John (2000) - "Landscapes of fear! Public places, fear of crime and the media", In: Allan, Stuart, Adam, Barbara, Carter, Cynthia, *Environmental Risks and the Media*. Routledge: London; New York, 184-197.
- TULLOCH, John; LUFFTON, Deborah (2003) - *Risk and everyday Life*, London: Sage Publications.
- WILKINSON, Iain (2001) - "Social Theories of Risk Perception: At Once Indispensable and Insufficient", *Current Sociology* 49, 1, 1-22.
- WILSON, Kris M. (2000) - "Communicating climate change through the media. Predictions, politics and perceptions of risk", Allan, Stuart, Adam, Barbara, Carter, Cynthia, *Environmental Risks and the Media*. Routledge: London; New York, 201-217.
- WIMMER, Jeffrey and THORSSEN, Quandt (2006) - "Living In The Risk Society. An interview with Ulrich Beck", *Journalism Studies*, Vol. 7, No 2, 2006.
- ZINN, Jens O. (2004) - "Literature Review: Sociology and Risk", Social Contexts and Responses to Risk Network (SCARR), Working Paper, 2004/1.